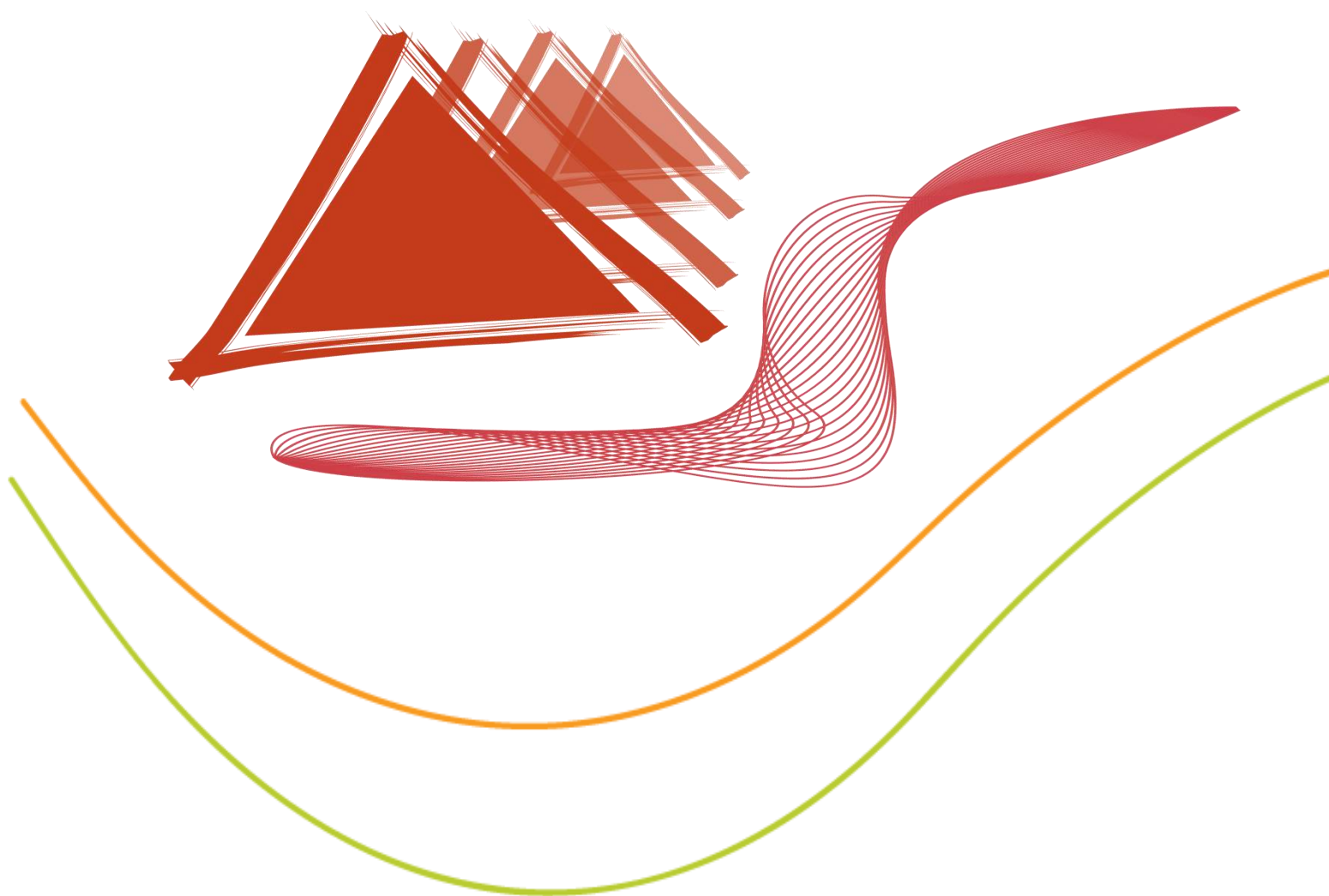


CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

SUBCONTROLADORIA DE AUDITORIA E CONTROLE DE GESTÃO

SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTROLE DA GESTÃO

DIRETORIA CENTRAL DE CONTROLE DE CONTAS



CONTROLADORIA-GERAL



RELATÓRIO DE AUDITORIA

Nº. 1190.0174.14

***“Relatório de Gestão Fiscal – RGF, relativo ao
terceiro quadrimestre de 2013”***

2014



SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	3
2 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	3
3 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL (ANEXO I)	4
4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (ANEXO II).....	5
5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES (ANEXO III)	6
6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (ANEXO IV)	6
7 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA (ANEXO V).....	7
8 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR (ANEXO VI).....	8
9 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RGF (ANEXO VII).....	9
10 - CONCLUSÃO	9



RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 1190.0174.14

Em cumprimento às disposições estabelecidas pelo art. 36 da Lei Delegada nº 180, de 20/01/2012, e pelo Decreto nº 45.795, de 05/12/2011, apresentamos os resultados da revisão dos demonstrativos que compõem o **Relatório de Gestão Fiscal (RGF), relativo ao 3º quadrimestre de 2013**, elaborado pela Superintendência Central de Contadoria Geral da Secretaria de Estado de Fazenda (SCCG/SEF), em obediência aos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, e à Instrução Normativa nº 05/2001 do TCEMG, que regulamenta os procedimentos relativos à Lei Complementar nº 101/2000.

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido com base nos procedimentos definidos na 5ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - Volume III, aprovado pela Portaria STN nº 637/2012.

Nossos exames foram baseados exclusivamente nos saldos contábeis e de execução orçamentária e financeira armazenados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais (SIAFI) e nos documentos encaminhados pela SCCG/SEF. Não foram executados testes de auditoria para avaliar a fidedignidade dos registros existentes.

A realização dos trabalhos ficou a cargo da Diretoria Central de Controle de Contas (DCCC), unidade integrante da Superintendência Central de Controle da Gestão (SCCG), da Subcontroladoria de Auditoria e Controle de Gestão (SCG).

2 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Receita Corrente Líquida (RCL) apurada ao final do 3º quadrimestre de 2013 somou **R\$ 43.141.298.799,57**, montante utilizado como parâmetro para cálculo dos limites de que trata a Lei Complementar nº 101/2000, aferidos no final do mesmo período.



3 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL (ANEXO I)

A despesa bruta com pessoal do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013, foi de **R\$ 26.735.706.770,23**. Consideradas as deduções, a despesa líquida com pessoal alcançou o valor de **R\$ 17.900.150.223,57**, o que equivale a **41,49 %** da RCL apurada para o mesmo período, conforme demonstramos:

Despesa com Pessoal	Liquidada	Inscrita em RPNP	Total	% Sobre a RCL
Despesa Bruta com Pessoal	26.727.569.874,74	8.136.895,49	26.735.706.770,23	
Despesa Total Líquida com Pessoal - DTP	17.897.461.789,73	2.688.433,84	17.900.150.223,57	41,49
Despesa Total com Pessoal - DTP - Instrução Normativa TCE/MG 05/2001	15.433.024.903,91	2.688.433,84	15.435.713.337,75	35,78
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)			21.139.236.411,79	49,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)			20.082.274.591,20	46,55

Fonte: ANEXO I do RGF relativo ao 3º Quadrimestre 2013

Quanto ao demonstrativo da despesa com pessoal, destacamos as seguintes constatações:

- Deduziu-se da despesa bruta com pessoal os valores das despesas com Inativos e Pensionistas, custeados com recursos da fonte 58.5, a partir de março de 2011 (Parecer nº 15.088, de 27 de maio de 2011 da Advocacia-Geral do Estado).

Em observância à Instrução Normativa nº. 05/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a despesa líquida com pessoal foi calculada em **R\$ 15.435.713.337,75**, correspondendo a **35,78 %** da RCL.



4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (ANEXO II)

A Dívida Consolidada Bruta do Estado de Minas Gerais, no encerramento do 3º quadrimestre de 2013, totalizava **R\$ 88.077.047.137,85**. Deduzidas as disponibilidades financeiras, a Dívida Consolidada Líquida atingiu o valor de **R\$ 79.111.025.392,57**, o que corresponde a **183,38%** da RCL apurada ao final do mesmo período, conforme demonstrado abaixo:

Dívida Consolidada	Valor – R\$	% Sobre a RCL
Dívida Consolidada – DC (I)	88.077.047.137,85	204,16
Deduções da Dívida Consolidada (II)	8.966.021.745,28	20,78
Dívida Consolidada Líquida (I – II)	79.111.025.392,57	183,38
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	86.282.597.599,14	200,00

Fonte: ANEXO II do RGF relativo ao 3º Quadrimestre 2013.

A Dívida Consolidada Líquida Previdenciária apresentou um saldo negativo de **R\$ 3.869.396.310,78**, discriminado abaixo:

Dívida Consolidada Previdenciária	Valor – R\$
Dívida Consolidada Previdenciária Bruta (I)	1.204.926.574,32
Deduções da Dívida Consolidada Previdenciária (II)	5.074.322.885,10
Dívida Consolidada Previdenciária Líquida (I - II)	(3.869.396.310,78)

Fonte: ANEXO II do RGF relativo ao 3º Quadrimestre 2013.

Cabe ressaltar que a Dívida Consolidada Líquida – DCL, no 3º Quadrimestre de 2013, atingiu o percentual de **183,38%**, superando assim, o limite de alerta, contido no inciso III do §1º do artigo 59 da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000, que dispõe:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere



a:

§ 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:

III - que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% (noventa por cento) dos respectivos limites;

Interpretado como limite de alerta aos entes, não cabe penalização, servindo apenas como um parâmetro para chamar a atenção dos gestores públicos de que o limite máximo definido pela Resolução do Senado Federal nº 40, de 2001, qual seja 200%, está próximo de ser alcançado.

5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES (ANEXO III)

O saldo de garantias concedidas pelo Estado de Minas Gerais, referente ao 3º quadrimestre de 2013, foi de **R\$ 757.901.960,81**, o que corresponde a **1,76%** da RCL apurada no encerramento do período, conforme demonstrado a seguir:

Garantias de Valores	Valor – R\$	% Sobre a RCL
Total das Garantias	757.901.960,81	1,76
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	9.491.085.735,91	22,00

Fonte: ANEXO III do RGF relativo ao 3º Quadrimestre 2013.

6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (ANEXO IV)

As operações de crédito realizadas pelo Estado de Minas Gerais somaram, no 3º quadrimestre de 2013, **R\$ 2.462.168.427,41**, correspondendo a **5,71 %** da RCL apurada para o mesmo período, não tendo ocorrido o ingresso de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, conforme detalhado abaixo:



Operações de Crédito	Valor – R\$	% Sobre a RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	2.462.168.427,41	5,71
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	6.902.607.807,93	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.019.890.915,97	7,00

Fonte: ANEXO IV do RGF relativo ao 3º Quadrimestre 2013.

7 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA (ANEXO V)

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa integra o RGF apenas no último quadrimestre do exercício. Com ele, objetiva-se dar transparência ao montante disponível para fins da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas.

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa	VALOR
Suficiência antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados	1.881.695.339,07
(-) Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	<u>(1.613.547.263,64)</u>
Suficiência após inscrição em Restos a Pagas Não Processados	268.148.075,43
Suficiência antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Regime Previdenciário	3.141.191.232,33
(-) Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Regime Previdenciário	<u>(127.187.137,71)</u>
Suficiência após inscrição em Restos a Pagas Não Processados do Regime Previdenciário	3.014.004.094,62

Fonte: ANEXO V do RGF relativo ao 3º Quadrimestre 2013.

No encerramento do exercício de 2013, o Poder Executivo apresentou suficiência financeira após a inscrição em restos a pagar não processados, no valor de **R\$ 268.148.075,43**, excetuados os regimes de previdência.



Já o quadro do regime de previdência demonstrou suficiência financeira após a inscrição em restos a pagar não processados no montante de **R\$ 3.014.004.094,62**.

8 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR (ANEXO VI)

O Demonstrativo dos Restos a Pagar compõe o Relatório de Gestão Fiscal apenas no 3º quadrimestre. Seu objetivo é dar transparência ao equilíbrio entre a contração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa.

Restos a Pagar	Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício
Valor Apurado – Poder Executivo	1.613.547.263,64
Valor Apurado no regime previdenciário	127.187.137,71
Valor Total Apurado	1.740.734.401,35

Fonte: ANEXO VI do RGF relativo ao 3º Quadrimestre 2013.

No exercício de 2013, foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados o total de R\$ 1.613.547.263,64 e de R\$ 127.187.137,71 referente ao regime previdenciário, totalizando R\$ 1.740.734.401,35.

Restos a Pagar	Inscritos em RPNP 2012	Inscritos em RPNP 2013	AH %
Valor Apurado – Poder Executivo	1.254.557.334,05	1.613.547.263,64	28,61
Valor Apurado no regime previdenciário	179.069.048,06	127.187.137,71	(28,97)
Valor Total Apurado	1.433.626.382,11	1.740.734.401,35	21,42

Fonte: ANEXO VI do RGF relativo ao 3º Quadrimestre 2012 e 2013.

Comparativamente ao demonstrativo do 3º Quadrimestre de 2012, observa-se que houve um acréscimo de 21,42% na inscrição dessas despesas, vez que naquele exercício foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados o montante de R\$ 1.254.557.334,05, acrescido de R\$ 179.069.048,06 relativo ao regime previdenciário, perfazendo R\$ 1.433.626.382,11.



9 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RGF (ANEXO VII)

O Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal evidenciou as informações dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal, da Dívida Consolidada Líquida, das Garantias e Contragarantias de Valores, das Operações de Crédito e dos Restos a Pagar. Deste modo, facilitou o acompanhamento e a verificação dos referidos limites, definidos na Lei Complementar nº 101/2000.

10 - CONCLUSÃO

Com base nos saldos contábeis e de execução orçamentária e financeira armazenados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais – SIAFI, bem como nos documentos encaminhados pela SCCG/SEF, os índices apurados para o 3º quadrimestre de 2013, em relação à RCL foram: 41,49% para as Despesas com Pessoal; 183,38% para a Dívida Consolidada Líquida; 1,76% para as Garantias e Contragarantias de Valores; e 5,71% para as Operações de Crédito. A inscrição em Restos a Pagar Não Processados alcançou R\$ 1.740.734.401,35. A Disponibilidade de Caixa demonstrou suficiência financeira de R\$ 268.148.075,43 e de R\$ 3.014.004.094,62 para o regime previdenciário.

Superintendência Central de Controle de Gestão/Controladoria-Geral do Estado, em Belo Horizonte, aos 27 de janeiro de 2014.